

RESENHA

Uma genealogia conceitual da liberdade:

resenha de SKINNER, Quentin. *“Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal”*. (2025)

Felipe Oliverio Bergonso*

Universidade de São Paulo (USP)

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i1p949-960

resumo

Quentin Skinner, renomado historiador britânico, lançou em fevereiro de 2025 a obra *Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal*, que se configura como uma valiosa análise histórica do conceito de liberdade desde o final da Época Moderna. O livro explora a evolução da ideia de liberdade, com foco na transição de uma concepção “neo-Romana” para a da liberdade como “não-interferência”. Dialogando em oposição às concepções de Isaiah Berlin, o autor argumenta que, historicamente, o conceito hegemônico era da liberdade como “não-dependência”. A análise de Skinner percorre a discussão da liberdade neo-Romana no mundo britânico após as Revoluções Inglesas, a forma como esse ideal foi apropriado nos contextos da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, e o subsequente desenvolvimento da liberdade como não-interferência. Esta resenha apresenta o livro como uma contribuição singular, tanto em relação às outras obras do autor, quanto à História Intelectual como um todo.

PALAVRAS-CHAVES: História Intelectual; liberdade; Quentin Skinner

* Graduando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente realiza uma pesquisa de iniciação científica em História Moderna com fomento da FAPESP (nº 2025/04078-1), orientada pelo Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho. É membro do LabMundi/USP e do núcleo de pesquisa Iluminismo, Revoluções e História Intelectual. E-mail para contato: felipeoliverio@usp.br

SKINNER, Quentin. *Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

Certamente, a liberdade é um dos temas mais passíveis de debate ao longo da história. Desde a teoria política, passando pela questão do trabalho, ou mesmo até como discussão das relações domésticas; ser (ou não ser) livre é não somente uma temática acadêmica, mas parte da reflexão intelectual cotidiana. O livro *Liberty as Independence*, lançado em fevereiro de 2025 pelo historiador Quentin Skinner, contribui com sucesso a esse debate, traçando uma história da ideia de liberdade nos finais da Época Moderna – especificamente da Revolução Gloriosa até a Revolução Francesa.

Consagrado como uma das principais figuras da História Intelectual desde as últimas décadas do século XX, o professor emérito da *Queen Mary University of London* apresenta uma nova obra que, certamente, faz jus à sua fama. A discussão da liberdade política não é uma novidade para o historiador britânico, sendo objeto de trabalhos já na década de 1970, até a publicação de livros com um tema próximo (Skinner, 1998, 2008). Mas esse lançamento, em específico, certamente é o mais ambicioso desde o clássico *As Fundações do pensamento político moderno* (Skinner, 1996 [1978]). Nele, Skinner procura compreender a transição entre o ideal da intitulada “liberdade neo-Romana” e a “liberdade como não-interferência”, conceitos que apareceram pela primeira vez sistematizados pelo autor no livro *Liberty before Liberalism* (Skinner, 1998), a partir da palestra homônima no ano anterior. As diferenciações e singularidades do recente

lançamento, em relação aos diversos anteriores, serão explicitadas ao longo deste trabalho.

A genealogia proposta por Skinner é habilmente dividida em 10 capítulos, distribuídos em cinco partes, organizados de forma cronológica e nomeados didaticamente de acordo com as mudanças nas relações hegemônicas de diversos teóricos com os diferentes conceitos de liberdade, que alguns serão brevemente apresentados no decorrer desta resenha. A navegação entre as partes do livro para retomadas é simplificada e de fácil apreensão. Ao longo da leitura, essa organização certamente se mostra importante, visto que as discussões conceituais podem ser confusas, especialmente para o leitor não acostumado a essa temática. Assim, a apreensão dos pontos principais da obra se torna mais fácil, viabilizando a comparação dos diferentes momentos de forma acessível.

É importante observar no livro algo muito responsável pela fama do autor: a sua metodologia. A identificada como “Escola de Cambridge” – mesmo que Skinner não seja professor de Cambridge desde 2008 – também é marcada em outros autores célebres, como John Pocock e John Dunn. O chamado “contextualismo linguístico” é sintetizado pelo autor na expressão “*Seeing things their way*” (Skinner, 2002, p.1), sendo o objetivo primordial a pretensão à “recuperação” das intenções originais do autor no ato da escrita. Os textos são analisados à luz de seus contextos e convenções linguísticas (Skinner, 2002, p.57-89). Em Skinner, o autor da fonte mais abstrata possível de teoria política nunca está pairando “por fora do combate, mas sempre como parte integrante desse combate”; logo, ler o texto somente à luz de seu contexto é essencial (Skinner, 2008, p.xv,

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

tradução minha). Essa abordagem foi e continua sendo muito criticada nas discussões historiográficas, julgando-a como pretensamente – e ilusoriamente – neutra, ignorando a propriedade dialógica da produção histórica entre a fonte e o historiador (Jay, 2022, p.34-47).

Por ora, faz-se imprescindível realizar uma breve explanação do que o autor entende pelos seus conceitos de liberdade. Skinner parte da teoria desenvolvida pelo filósofo Isaiah Berlin em uma palestra na Universidade de Oxford em 1958 e no seu artigo homônimo, *Two Concepts of Liberty* (Berlin, 1969). Berlin identificou duas concepções de liberdade na sociedade. A primeira – que nos interessa em especial – é a “negativa”, entendida pela ausência de uma restrição física ou coercitiva aos sujeitos, definida pela não-interferência e ligada ao entendimento contemporâneo do conceito. Já a segunda, a “positiva”, cujo sentido está na auto-determinação da liberdade no sujeito, que deseja ser o “senhor de si próprio”. Algo notado pelo filósofo é que a liberdade defendida pelo teórico Thomas Hobbes é a negativa, sendo ela também a prevalente (Berlin, 1969, p.3-8). Foi somente com o artigo *A Third Concept of Liberty*, que Skinner (2006) sistematizou a sua crítica, em oposição à Berlin. O erro deste estaria em não perceber ao que Hobbes se opunha quando escreveu. Outro conceito era o hegemônico na época do escritor do *Leviathan*: a liberdade como não-dependência (Skinner, 2006, p.249).

Enquanto esta terceira visão, hegemônica anteriormente, compreende a liberdade pela não sujeição ao exercício de poder arbitrário; ou seja, somente a possibilidade desse poder ser exercido já é suficiente para restringir a liberdade (Skinner, 2025, p.1-3, 57-65). Um ponto primordial para o entendimento da liberdade como independência é que não adianta

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

vê-la somente como a liberdade particular do indivíduo, mas sim como um estado de existência. Ou seja, para essa concepção, um Estado pode ser dependente de outro, uma esposa pode ser dependente socialmente do marido, um escravo é sujeito ao senhor etc; todo corpo – entendido amplamente, até como o corpo artificial do Estado – que vive sob um regime arbitrário não é livre.

No clássico *As fundações do pensamento político moderno*, Skinner (1996 [1978]) aborda as teorias políticas da Renascença, do humanismo cívico e da Reforma. Em *Liberty before Liberalism* (Skinner, 1998), o historiador britânico procura compreender o conceito da liberdade neo-Romana – situando o debate especialmente entre as Revoluções Puritana e Gloriosa. Mais recentemente, em *Hobbes and Republican Liberty* (Skinner, 2008), como o conceito negativo foi desenvolvido e articulado como uma intervenção polêmica por Thomas Hobbes em seu contexto linguístico e histórico. Nesse último lançamento, *Liberty as Independence*, o escritor propõe um escopo mais amplo – e, possivelmente, mais ambicioso – que os anteriores. Além de compreender como a liberdade neo-Romana foi discutida e apropriada, principalmente por autores britânicos, entre 1688 e início do século XIX, Skinner também faz um levantamento de como se deu a passagem para a nova concepção de liberdade: a transição da concepção neo-romana para a de não-interferência. O autor identifica essa passagem nas apreensões da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa na Inglaterra, especialmente localizando a nova visão a partir das interpretações intituladas “liberais” – *Tories* e moderadas (Skinner, 2025, p.2, 198-206,

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

255-275). O foco do autor no mundo anglófono é muito bem definido e declarado logo na introdução do livro (Skinner, 2025, p.9).

Skinner inicia a sua exploração conceitual retomando e expandindo os pontos explorados em *Liberty before Liberalism*; especialmente em como foi essa discussão após as Revoluções Inglesas e como se deu o resgate dos clássicos da República Romana. O livro parte do contexto da Declaração de Direitos de 1689 na Inglaterra, especialmente dos textos teóricos que discutiam a tirania de Jaime II. O oposto de liberdade nesse momento – algo que será discutido ao decorrer do livro – é apresentado como um estado de “escravidão”. Ela surge pela sujeição a uma condição de governo arbitrário, que possui a prerrogativa do poder, causando a perda da liberdade. A proposta de boa parte dos autores britânicos a favor da Revolução Gloriosa neste momento é a da necessidade de um Parlamento livre, no qual a representação popular seja garantida. O questionamento da instituição monárquica na Inglaterra ainda era muito raro (Skinner, 2025, p.13-15).

A proveniência deste ideal de liberdade parecia inquestionável: era uma liberdade histórica, testada incessantemente pelo curso do tempo. Uma dessas principais origens está nos teóricos da Roma Antiga, especialmente dos finais do período republicano. Uma preocupação clássica de Skinner está em não somente entender as origens teóricas de uma ideia, mas também entender o caminho pelo qual elas foram captadas. Nesse sentido, ele busca os trabalhos romanos que, na época, estavam traduzidos e publicados com alta circulação na Inglaterra. O principal, que possuía sete edições britânicas somente na segunda metade do século XVI, foi *De officiis*, de Cícero; também acompanhado de textos de

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

Sallustius, Lívio e Tácito. Em muitas dessas obras, já se via a oposição entre liberdade e escravidão (Skinner, 2025, p.17-25). Em segundo lugar, Skinner analisa diversos autores do humanismo cívico, com atenção especial aos comentários feitos por intelectuais como Marchamont Nedham e John Milton. O seu foco está na apropriação dessas ideias pelos partidários *Whigs* pró-governo, que as utilizaram para justificar a Revolução no final do século (Skinner, 2025, p.26-43).

Em seguida, Skinner faz uma longa comparação entre três correntes de pensamento sobre a liberdade e como elas se posicionam até a metade do século XVIII. O autor divide os teóricos britânicos após às Revoluções Inglesas entre *Whigs* pró-governo, *Whigs* críticos do governo (ou “*Real Whigs*”) e autores de corrente *Tory*. É importante lembrar que, da Revolução Gloriosa até 1754, a principal supremacia no Governo britânico foi de políticos *Whigs*, por isso Skinner constrói a lógica de oposição ao redor deles. Boa parte dos teóricos auto-intitulados *Real Whigs* buscavam suas inspirações em John Locke, especialmente por verem o problema da dependência no uso das prerrogativas do poder arbitrário. Desta forma, a lei seria a única capaz de proteger a liberdade e garantir a não escravização (Skinner, 2025, p.69-73). Enquanto isso, um dos grandes argumentos dos pró-governo era baseado em um suposto “espírito da liberdade” britânico: uma celebração daquilo conquistado sob aquele governo, que graças a este espírito histórico de busca de liberdade e felicidade, havia concluído o seu projeto (Skinner, 2025, p.107-118).

Ao tratar da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, Skinner enxerga a presença desse ideal de liberdade como independência, especialmente de inspiração lockeana, em seu auge – e

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

também os sinais de sua decadência. Muitos dos argumentos dos *Real Whigs* são retomados durante a Revolução Americana, com destaque especial ao muito vendido *Common Sense*, de Thomas Paine, e ao *Observations on the nature of civil liberty*, de Richard Price, mas com uma diferença primordial, concluída especialmente pelo primeiro: é impossível viver em liberdade em uma monarquia (Skinner, 2025, p.153-170).

O ideal *Tory* é apresentado pelo historiador como muito baseado nos escritos do *Leviathan*, de Thomas Hobbes, e nas noções de liberdade do jurista Samuel Von Pufendorf. Apesar de não hegemônico durante a primeira metade do século XVIII, o autor demonstra no decorrer do livro como esse ideário originou muito da concepção atual da liberdade como não-interferência. Muito disso se deu na reação britânica à Independência dos Estados Unidos, especialmente nos ataques a dois britânicos que apoiaram os ex-colonos: Richard Price e Thomas Paine. O ponto principal que esses teóricos “conservadores” defendiam era que a finalidade do governo é a manutenção da autoridade; assim, a liberdade está naquilo que ela não interfere, na ausência da lei (Skinner, 2025, p.173-197).

Uma das reflexões mais interessantes analisadas por Skinner no decorrer da obra é em como essas duas visões de liberdade geram percepções muito diferentes em aspectos do cotidiano. Dentre as quais estão as relações domésticas. Uma das principais críticas de filósofas – categorizadas como “feministas” pelo Skinner – aos *Whigs*, já no final do século XVII, é que essa liberdade como independência explicita que a mulher, colocada em sujeição ao marido, também perde sua liberdade (Skinner, 2025, p.121-123). No final do século seguinte, a filósofa Mary Wollstonecraft retoma um argumento próximo. De acordo com a britânica,

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

a mulher é escravizada por já nascer sem direito político ao exercício de sua razão, sendo o casamento apenas essa escravidão consumada (Skinner, 2025, p.249-250).

De acordo com Skinner, mesmo que as teorias de direitos da Revolução Francesa tenham se apropriado do ideário da liberdade como independência, e até o tenham reafirmado em suas interlocuções com os teóricos defensores da Revolução Americana, o depois entendido como “Terror Jacobino” foi a ferramenta essencial que os anti-revolucionários britânicos encontraram para a divulgação daquela nova ideia. Um grande nome dessa oposição teórica, logo em 1790, foi o filósofo Edmund Burke, especialmente ao criticar essa nova “tirania da multidão” que se instaurava (Skinner, 2025, p.242-247, 255-258).

O temor britânico dos ideais da Revolução Francesa não gerou somente uma resposta conservadora, mas também uma reação liberal pretensamente moderada. Essa visão, que eventualmente se tornou hegemônica, foi marcada por evitar as ideias “radicais”, comumente personificando os opostos em Burke e em Paine. O historiador conclui a sua genealogia com um levantamento a respeito desses teóricos liberais. Eles possuíam duas preocupações principais: se opor à liberdade como independência e especialmente à Paine, por conta de sua teoria de que essa liberdade poderia ser atingida apenas em um governo popular (Skinner, 2025, p.258-261). Seguindo Hobbes em muitos aspectos, esses autores também observavam um estado de natureza de guerra generalizada. Com isso, a única maneira de conquistar a felicidade e a liberdade, que não é natural, é pela sujeição do indivíduo ao poder arbitrário em busca de proteção. Agora definitivamente: a liberdade

define-se pelo silêncio da lei, ou seja, pela não-interferência (Skinner, 2025, p.264-275).

Em *Liberty as Independence*, a metodologia de Skinner parece atingir a sua melhor forma. Com o desenvolvimento do argumento e o tratamento das fontes em seus contextos, a abordagem mantém o padrão bem estabelecido da Escola britânica, preocupando-se com aspectos de apreensão e circulação dos textos de forma objetiva em seus contextos intelectuais, bem como buscando compreender as intenções singulares de cada autor ao defender um ideal ou outro. Mas, ao mesmo tempo, parece que Skinner internalizou parte das críticas que recebe desde muito tempo para a produção de uma História Intelectual mais atualizada, que não nega as suas próprias conexões empíricas com a realidade do intérprete. Esta conexão se mostra especialmente pela conclusão do livro, na qual o historiador demonstra as implicações úteis que uma retomada dessa visão da liberdade como independência traria para a sociedade civil atual. Mesmo que possua muito cuidado para não pender esse debate político contemporâneo para a análise das fontes históricas, a conclusão de Skinner demonstra o seu posicionamento: “sem democracia, sem liberdade” (Skinner, 2025, p.276-280, tradução minha).

Ao finalizar a leitura da obra, a erudição e a maturidade do autor são evidentes. Qualquer leitor assíduo da vasta produção de Quentin Skinner não irá se decepcionar; pois encontrará novamente um historiador preocupado com a integridade intelectual das fontes analisadas, combinando e contextualizando historicamente os ideais, desde os grandes autores (como Hobbes, Locke e Maquiavel), até aqueles que permanecem anônimos. Mas, ao mesmo tempo, Skinner surpreende ao

Uma genealogia conceitual da liberdade

Felipe Oliverio Bergonso

participar de uma renovação da História Intelectual (acatando certos aspectos dialógicos do conhecimento histórico) e também abraça uma corrente transatlântica do conhecimento histórico acerca da Era das Revoluções. A partir disso, vê-se que essa obra certamente se distingue dos trabalhos anteriores do autor, não somente pela sua amplitude mais ambiciosa, mas também por uma renovação de sua própria metodologia, em um tema de muito interesse para campos diversos das humanidades.

Partindo de um autor tradicional, *Liberty as Independence* é uma contribuição imprescindível para o estudo da História Intelectual da Época Moderna, da Era das Revoluções e até da teoria política e da teoria do Direito. Não é exagero afirmar que estamos diante de uma nova leitura imprescindível não somente da História Intelectual, mas de um marco da historiografia contemporânea sobre o tema.

Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. Two Concepts of Liberty. *In*: BERLIN, Isaiah. Four Essays On Liberty. p. 118-172. Oxford: Oxford University Press, 1969.

JAY, Martin. Genesis and Validity: the theory and practice of Intellectual History. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2022.

SKINNER, Quentin. The paradoxes of political liberty. The Tanner lectures on human values, v. 7, p. 225-250, 1986.

_____. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Liberty before Liberalism. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

_____. Visions of Politics. Vol. 1: Regarding Method. Cambridge. Cambridge University Press. 2002.

_____. A Third Concept of Liberty. *In*: MILLER, David (ed.). The Liberty Reader. p. 243-254. Abingdon: Routledge, 2006.

_____. Hobbes and Republican Liberty. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. On Neo-Roman Liberty: A Response and Reassessment. *In*: HANNAH, Dawson; DIJN, Annelien de (eds.). Rethinking Liberty before Liberalism. p. 233-266. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

_____. Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.